

**PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA ABORDAGEM MARXISTA DA
COMUNICAÇÃO - RUMO A UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A
ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E AS LUTAS SOCIAIS NO
BRASIL**

Manoel Dourado Bastos*

Willian Casagrande Fusaro¹

Apresentação

O tema da Comunicação no âmbito das esquerdas brasileiras (mais especificamente uma suposta ausência de perspectivas a respeito da questão que possam iluminar as ações políticas progressistas que se contraponham ao consenso neoliberal e, vale reforçar, seu acirramento (proto)fascista) tornou-se um assunto central nos debates visando uma alternativa para o país. Desde uma avaliação sobre a ausência, durante os governos petistas, de ações transformadoras direcionadas à concentração de poder político gerado pelos monopólios midiáticos, o que teria redundado na fragilidade organizativa durante o processo de derrubada de Dilma Rousseff entre 2015-16, até o apontamento de que as recentes estratégias adotadas por políticos conservadores e reacionários no âmbito das redes sociais digitais não encontrou reação à altura das chamadas forças progressistas, viabilizando a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, é possível perceber que teoria e prática críticas da Comunicação se mostram como pontos relevantes, porém carentes de discussão balizada.

No presente texto, endereçaremos alguns argumentos sobre a questão. Mais especificamente, apontar que a Economia Política da Comunicação (EPC), um subcampo específico da área de estudos que manteve articulações pontuais e erráticas com as organizações políticas das classes trabalhadoras, oferece um quadro categorial crítico adequado ao enfrentamento do contexto. Para isso, faremos inicialmente uma rápida e panorâmica avaliação contextual daqueles campos teóricos da Comunicação que mantiveram relações com as práticas políticas das esquerdas no Brasil a partir dos anos 1970, fundamentalmente a Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural, a Comunicação Popular e Comunitária e os Estudos Culturais Latino-Americanos. Na sequência, apresentaremos a EPC em seu contexto de surgimento no Brasil nos anos 1980,

* Professor Adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: manoel.bastos@gmail.com

¹ Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina.

apontando as características políticas desse campo teórico e sua relação com as dinâmicas históricas de então. Num terceiro momento, abordaremos uma inflexão categorial da EPC a partir dos anos 1990, momento em que, num contexto bastante adverso, a dialética marxista se torna mais relevante na abordagem e o conceito de trabalho ganha progressivamente importância, abrindo-se as possibilidades de articulação crítica entre esse campo teórico e as organizações progressistas.

Com o presente artigo, faremos uma exposição, de caráter investigativo e teoricamente delimitado, do tema da Comunicação e as Lutas Sociais a partir de uma perspectiva que amplia o escopo do problema apontado no início. Mostraremos que, à medida em que a EPC muda a órbita de preocupações em torno da Comunicação, saindo de uma abordagem dedicada exclusivamente ao âmbito ideológico e rumando a um interesse sobre os fundamentos do capital, suas relações com as classes trabalhadoras e suas organizações pode ganhar novas e relevantes conotações.

A EPC costuma ser taxada como uma abordagem da Comunicação que, ao visar o princípio marxista de totalidade, termina por absolutizar o caráter capitalista da Indústria Cultural, não restando brechas para contestação política prática de nenhuma natureza. Observando o desenvolvimento da EPC em seu contexto histórico específico, em confronto com outros subcampos dos Estudos de Comunicação, sugeriremos que, pelo contrário, podemos encontrar aí conceitos e categorias importantes para a mobilização política da classe trabalhadora, nesse período de adensamento da crise do capital e sua faceta neoliberal que nos assola na quadra histórica contemporânea.

Organizações populares e Teorias da Comunicação: o legado dos anos 1970

No campo da Comunicação, o quadro geral de lutas políticas das classes trabalhadoras na segunda metade da década de 1970 (momento em que aqueles novos personagens entram em cena no enfrentamento ante a ditadura civil-militar instalada em 1964)² desdobrou-se nos debates em torno da assim chamada Comunicação Popular e Comunitária. Tratava-se de uma inflexão, resguardadas as continuidades gerais, do arcabouço crítico montado ao longo dos anos 1970 na América Latina cujo foco era a Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural. Essa inflexão corresponde ao caráter mais geral das mudanças gerais pelas quais a organização das classes trabalhadoras

² Fazemos aqui referência ao marcante trabalho de Eder Sader (2001).

passou, a saber: um declínio de partidos e sindicatos socialistas e comunistas e um crescimento dos chamados “novos movimentos sociais”.

A Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural remonta ao contraditório ambiente de ebulição intelectual de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 na América Latina. Num momento de acirramento do “último massacre colonial” (para usar a expressão de Greg Grandin, 2011) com a sequência de golpes civis-militares na América Latina iniciados na Guatemala em 1954, evidente expressão da Guerra Fria e a estratégia estadunidense para o subcontinente, as perspectivas teóricas adotadas pelos Partidos Comunistas foram confrontadas por diferentes interpretações heterodoxas à esquerda, nem sempre de viés marxista.

No Brasil em particular, esse confronto teórico com as vertentes analíticas do Partido Comunista, do ISEB e da CEPAL, entre outras, confluiu num arcabouço interpretativo multifacetado cuja resultante é a Teoria da Dependência. A vertente mais radical de abordagem da Teoria da Dependência, produzida por autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, de corte marcadamente marxista, estava em estreita relação com organizações políticas de trabalhadores de viés revolucionário.³ Nesse sentido, sofreu o ataque direto do golpe civil-militar de 1964 que, ao visar a desmobilização pela violência das principais organizações de trabalhadores no período, não poupou os intelectuais diretamente a elas ligados, ao contrário dos demais intelectuais de esquerda, principalmente universitários, que viveram o período de 1964 a 1969 na relativa hegemonia cultural de esquerda, conforme a análise clássica de Roberto Schwarz (2014).

Os pensadores marxistas da Teoria da Dependência vão encontrar principalmente no Chile um espaço vibrante de desenvolvimento teórico que abrigou outros brasileiros exilados, como Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que também são reconhecidos como autores da Teoria da Dependência, porém de viés mais weberiano. Nos anos seguintes, enquanto os autores weberianos da Teoria da Dependência vão se tornar hegemônicos no Brasil, com a organização do CEBRAP e apoio de fundos internacionais, os pensadores marxistas vão sofrer mais dificuldades e perseguições no exílio. Para o que nos interessa aqui, a perspectiva hegemônica da Teoria da Dependência, de corte weberiano, se desenvolve visando ações políticas cujo cerne é o Estado, mas descoladas de qualquer relação com as organizações de trabalhadores, estratégia mais afeita aos

³ Para uma excelente revisão do debate sobre a Teoria da Dependência, cf. Roberta Traspadini, 2014.

autores de viés marxista e que se torna progressivamente prejudicada com a sucessão de golpes civis-militares.

A Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural vai lidar com esse quadro conturbado. O viés é marcado pela teoria leninista do imperialismo, o que mantém alguma confusão entre a presença das perspectivas adotadas pelos Partidos Comunistas e a aproximação dos autores marxistas dependentistas críticos da linha partidária. O foco de ação, contudo, é relativamente descolado das organizações de trabalhadores e bastante voltado à ação decisiva cujo foco era o Estado, seu caráter ideológico e a luta necessária para mudanças em sua composição política e dispositivos legais. Se num sentido prático estava ligada aos autores weberianos, pela centralidade política do Estado, num sentido teórico geral se distanciavam dado o caráter leninista de fundo. O amálgama conceitual se deveu a uma leitura da categoria althusseriana dos Aparelhos Ideológicos de Estado como aporte para a explicação do processo de dominação ideológica que reforçaria a dependência a partir dos meios de comunicação de massas, o que levou a sua rejeição pelos autores weberianos da Teoria da Dependência (SARTI, 1979). Um de seus resultados políticos mais decisivos é o Relatório MacBride, que confrontava no âmbito da Unesco a política para a comunicação praticada pelos EUA do “Livre Fluxo da Informação” e da “Comunicação para o Desenvolvimento”.

Os debates sobre a Comunicação Popular e Comunitária, por sua vez, bebendo nas mesmas fontes gerais e nos temas da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural, desdobrava-se num viés mais gramsciano, próximo de todo o arcabouço da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, visando uma ação política mais demarcada pela organização da classe, suas características de base e seus instrumentos de luta. Tratou-se de uma prática decisiva na configuração do trabalho de base, ação tão característica da época visando à formação e nucleação da organização política da classe trabalhadora.

De acordo com Peruzzo, a comunicação popular como forma alternativa de comunicação tem origem nos anos 1970 e 1980 no Brasil, caracterizando-se como um processo de comunicação que emerge essencialmente dos grupos populares (PERUZZO, 2006, p. 2). Foi denominada por vezes como comunitária, alternativa, dialógica, participativa, horizontal, mas, para a autora, as denominações diferenciadas não trariam alteração de sentido e poderiam ser encaradas, então, como sinônimos do termo “popular” (PERUZZO, 2006, p. 2). Em todos os casos, a comunicação popular era sinônimo de “expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos

movimentos populares e representam um espaço para a participação democrática do povo” (PERUZZO, 2006, p. 2).

As lutas populares, porém, não eram avaliadas de maneira homogênea no âmbito dos debates sobre a Comunicação Popular e Comunitária, tendo em vista o contexto que ficou demarcado por aquilo que se convencionou chamar de Novos Movimentos Sociais. De acordo com Cicilia Peruzzo (2004, p. 30), os novos movimentos sociais são manifestações das classes populares que vão “além das classes sociais dos manuais (proletário e campesinato), às quais se conferia o poder messiânico da transformação histórica”. Esse “popular”, ainda segundo a autora, seria representado por uma vasta gama de explorados que conviveriam em espaços heterogêneos do subemprego e dos empregos precários do campo e da cidade. Entre essas categorias de trabalhadores, militavam nos novos movimentos sociais empregadas domésticas, meeiros, operários fabris, boias-frias, entre muitos outros sujeitos políticos e sociais que passaram a ter uma nova forma de representação, além das associações de bairro.

Esses movimentos sociais surgiram, de acordo com Peruzzo, da necessidade de organizar-se frente a demandas concretas de existência, à espoliação das condições de vida e a privações das mais diversas, desde os movimentos por terra e moradias urbanas às associações por saúde pública. No geral, costumam articular-se em momentos de necessidade e, assim que têm suas demandas atendidas ou encaminhadas à negociação com o Estado, deixam de existir por desmobilização ou cumprimento de expectativas. São classificados pela autora, portanto, como efêmeros e descontínuos em sua existência (PERUZZO, 2004, p. 34). Sua organização pauta-se em estruturas mais ou menos horizontais, com apelo comunitário e localizado (bairros, regiões ou até mesmo em únicos locais) e geralmente sem vínculos partidários ou com sindicatos e estruturas de poder estatal, “preenchendo um vazio deixado por eles enquanto canais institucionalizados e abrindo-se à confluência dos interesses da sociedade (PERUZZO, 2004, p. 54).

O contexto de ascensão dos Novos Movimentos Sociais gerou concepções diferentes da Comunicação Popular e Comunitária como expressão dos interesses das classes trabalhadoras organizadas em movimentos, associações e organizações diversas. Uma das principais revisões em relação à conceituação de comunicação popular dos anos 1970, 80 e 90 ocorre justamente em seu caráter de classe. Segundo Peruzzo, a primeira expressão dessa vertente de comunicação continha mais um caráter de “contracomunicação”, no sentido de oposição democrática à Ditadura Civil-Militar:

Se nos anos de 1970, 1980 e parte dos 90 a contra-comunicação aparecia preponderantemente no âmbito dos movimentos populares, das organizações de base, da imprensa alternativa, da oposição sindical metalúrgica, de ONGs, de setores progressistas da Igreja Católica, ou realizada por militantes articulados em núcleos de produção audiovisual, a partir dos últimos anos pipocam experiências comunicacionais mais diversas, incluindo as do tipo popular tradicional (hoje mais conhecidas como comunitárias e se baseiam em premissas de cunho coletivo) e outras realizadas por associações, grupos ou até por pessoas autonomamente. Os exemplos podem ser encontrados em jornais e rádios comunitários, nas associações de usuários dos canais comunitários na televisão a cabo, em organizações não-governamentais que desenvolvem projetos coletivos de desenvolvimento social por meio da comunicação (PERUZZO, 2006, p. 5).

Essa mudança de postura em relação ao caráter de classe da comunicação popular e comunitária se explica em partes pela abertura democrática pós-ditadura civil-militar. Com a ausência de uma situação de repressão muito acentuada, a proliferação dessas experiências passou a ser mais fácil, assim como a atuação desses veículos (jornais, rádios comunitários ou livres principalmente) passou a ser feita com mais liberdade e com uma inédita abertura de espaço para atuação na sociedade. Isso alterou o discurso de parte das organizações, pela exigência de mais inserção na democracia burguesa e com um progressivo abandono da radicalização própria das esquerdas tradicionais, da forma partido ou dos sindicatos, mais identificada com transformações sociais profundas e de caráter revolucionário.

Essa problemática a respeito do caráter de classe encontra um lugar diferente na definição sobre Comunicação Popular e Comunitária elaborada por Rozinaldo Miani (2011). Ao defender que Comunicação Comunitária e Comunicação Popular não se referem à mesma expressão da comunicação – das classes subalternas, por suposto –, o “popular” assume um caráter estritamente classista. Isso identifica essa expressão de comunicação como inteiramente elaborada pelas classes trabalhadoras, sob processos democráticos. O entendimento das duas expressões (popular e comunitário) como sinônimos, para o autor, tende a despolitizar o conceito de “popular” e a desconfigurar as reais contribuições que as práticas comunitárias de comunicação podem oferecer para fortalecer as classes trabalhadoras na disputa por hegemonia no campo da comunicação (MIANI, 2011, p. 223).

Segundo Miani, o conceito de “comunidade”, entendido na dinâmica com o “popular” para a constituição de uma expressão de comunicação popular e comunitária, se apresenta como “uma possibilidade que se realiza como decorrência da dinâmica social estabelecida por um conjunto de indivíduos que se reconhecem como construtores de um

sentimento coletivo de pertencimento no interior de um grupo social” (MIANI, 2011, p. 227).

Nesse sentido, o autor explica que a simples utilização dos termos “popular” e “comunitário” como equivalentes tende a despolitizar o que se entende como “popular”. Esse termo se aplica necessariamente para identificar um conjunto de indivíduos que se identificam como uma classe social passível de adquirir consciência de classe, ou seja, de reconhecerem-se como trabalhadores no processo de lutas sociais. Exigir à comunidade o pertencimento a uma classe, como característica fundante do seu modo de organização, não é possível, pois para se formar uma comunidade não é necessário que os seus sujeitos se afirmem e se reconheçam como classe social subalterna e, sim, como pertencentes a um grupo social determinado. Sob essa perspectiva, a comunicação popular e comunitária, entendida como uma expressão de comunicação das classes trabalhadoras que se dá sob um processo de participação constante, libertadora e com consciência de classe, adquire um significado mais completo, livre de ambiguidades.

Assim sendo, entendendo Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural e Comunicação Popular e Comunitária como vertentes teóricas de grande relevância no campo da Comunicação, elas caminharam ao longo dos anos 1980 em constante simbiose e conflito com os Estudos Culturais Latino-Americanos, debate que foi se configurando no período como uma resposta ao que se entendia como um foco excessivo na configuração político-empresarial dos meios de comunicação e seus laços estatais. Contudo, enquanto o interesse da Comunicação Popular e Comunitária tem um foco demarcado na ação das pessoas visando a organização política em torno da luta de classes populares, com o que suas afinidades eletivas com a Teoria da Dependência e Imperialismo Cultural se mantêm mais ou menos constantes, o interesse pelas mediações dos Estudos Culturais Latino-Americanos se concentra nas possibilidades de ação autônoma dos públicos frente e em articulação ao aparato comunicacional estabelecido.⁴

⁴ Sobre a oposição entre meios massivos e populares, Peruzzo é muito clara ao recusar a existência de uma disputa por hegemonia entre essas duas formas de comunicação, burguesa e dos trabalhadores, pois cumpririam funções diferentes na sociedade. “Essa postura de opor os meios populares aos massivos sofreu uma profunda revisão nos anos 90, em função das mudanças que ocorrem na sociedade. Apesar de serem campos de conflito e terem suas especialidades, sob a ótica do receptor não se estabelece esse antagonismo (...) Além do que, entidades e grupos dos movimentos populares passaram a ocupar espaços nos grandes veículos, para transmitir suas mensagens e os programas por eles produzidos, e mesmo deter a posse de canais de comunicação, como jornais e rádios de alcance local ou até regional” (PERUZZO, 2004, p. 129). Além disso, expõe que os meios massivos contribuem para “o campo do divertimento e da informação” (1998, p. 131) e que são constantemente influenciados pela cultura popular para que suas expressões culturais e artísticas sejam incorporadas e transmitidas, com o argumento de que “o próprio povo já é partícipe de uma cultura de massas hegemônica pela burguesia” (2004, p. 131). Mais próxima

O quadro das relações entre Teorias da Comunicação e organizações das classes trabalhadoras aí observado é complexo e multifacetado. Se, por um lado, os desdobramentos práticos dos debates em torno da Comunicação Popular e Comunitária cumpriram papel majoritário na organização do trabalho de base de partidos, sindicatos e movimentos, por outro lado as plataformas políticas dessas organizações lançaram algumas possibilidades genéricas a partir da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural. Noutra ponta do quadro, a participação crescente na dinâmica eleitoral fez com que as organizações partidárias incorporassem progressivamente as características técnicas da Indústria Cultural, principalmente na confecção de materiais de campanha e na participação nos horários dedicados à TV. Mesmo no âmbito dos debates sobre a Comunicação Popular e Comunitária, havia a perspectiva de que as condições desiguais da luta de classes também no âmbito da Comunicação colocavam a necessidade imperiosa de aprendizado pelas classes populares das técnicas próprias à Indústria Cultural, a fim de buscar equiparar as condições de força da chamada “mídia burguesa”.⁵

O fato é que podemos afirmar que houve uma separação progressiva das avaliações teóricas da Comunicação que, de um modo ou de outro, se reverteram em resultados práticos nas lutas das classes populares.⁶ À medida em que a dinâmica eleitoral concentrou o foco das atividades partidárias, o que gerou um progressivo e definitivo abandono das atividades de base pelo centro hegemônico das organizações de esquerda, as perspectivas apresentadas pela Comunicação Popular e Comunitária se confinaram naqueles poucos espaços dos movimentos que ainda faziam uso de técnicas comunicativas distanciadas da Indústria Cultural. A perspectiva eleitoral também instava as organizações de esquerda a reduzirem qualquer nível possível de radicalidade advindo

de um viés dos Estudos Culturais Latino-Americanos, tal concepção ganha em caráter crítico nos marcos da EPC, como veremos.

⁵ Aqui, caberia uma ponderação mais detalhada. No Brasil, foi política corrente da esquerda em torno do Partido Comunista adotar uma ação de participação na produção da Indústria Cultural, um pouco dando prosseguimento e um pouco destoando das propostas culturais de Frente Popular que se desenrolaram, por exemplo, nos EUA. Em vez de viabilizar a organização de meios próprios de comunicação (como, por exemplo, a criação de uma gravadora própria), o principal da política cultural no Brasil foi a de atuar nas instâncias já organizadas da Indústria Cultural. As exceções (como as atividades do CPC-UNE ou a Editora Civilização Brasileira) confirmam a regra que se acentuou dado o quadro da ditadura civil-militar. Para uma avaliação da Frente Cultural nos EUA desde os anos 1930, cf. DENNING, 2011. Para uma análise das conturbadas relações da política cultural comunista e a a Indústria Cultural, cf., entre outros, COSTA, 2016 e RIDENTI, 2014. Para observações sobre a continuidade, progressivamente esvaziada, das propostas culturais de esquerda nos produtos da Indústria Cultural, cf. VILLAS BÔAS, 2004.

⁶ Fica aqui a sugestão de uma análise mais aprofundada das obras de Roseli Fígaro (2001, 2008) no contexto que se desdobrará a partir de fins dos anos 1990, cujos desdobramentos teóricos, calcados nos Estudos de Recepção, não se perdem nas fragilidades dos Estudos Culturais Latino-Americanos.

da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural. Onde necessária, uma adaptação dos Estudos Culturais Latino-Americanos se fez presente, viabilizando uma perspectiva mais aberta aos âmbitos da agência no interior da Indústria Cultural.

É justamente sobre um conceito de Indústria Cultural adequado às dinâmicas do capitalismo tardio que vai se erigir a Economia Política da Comunicação.

Surgimento da EPC: a Comunicação e as contradições do desenvolvimento no Brasil

A história das relações entre a EPC e as organizações da classe trabalhadora no Brasil é uma desigual sucessão de encontros e desencontros. Para entendê-la, vale fazer um apanhado geral, abrangente e panorâmico, do contexto histórico em que a EPC se desdobra em nosso país, contrastando-o com o prisma apresentado acima de outras vertentes dos Estudos da Comunicação e suas articulações com as lutas populares.

Podemos afirmar que a Economia Política da Comunicação surgiu como um esforço de superar aquele tipo de marxismo que comumente é definido como vulgar. Ou seja, tratava-se de superar a interpretação maniqueísta das formulações apresentadas por Marx (2008) no “Prefácio de 1859” à *Crítica da Economia Política* a respeito das determinações entre base econômica, superestrutura política e jurídica e as formas ideológicas correspondentes. Diante do exposto no célebre texto, seguiu-se uma série de mal-entendidos conceituais que, ao incorporar mecanicamente a metáfora estrutural marxiana, entendeu de maneira reducionista as determinações apontadas por Marx como processo diretos e imediatos. Para completar, não bastasse o estaque caráter hierárquico, a interpretação vulgar do argumento marxiano terminou por achatar a superestrutura política e jurídica com suas formas ideológicas correspondentes. No caso latino-americano, podemos dizer que a Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural foi uma expressão desse tipo de reducionismo maniqueísta.

Para entender esse argumento, precisamos adentrar no debate econômico que se desenrolou no contexto histórico em que surge a EPC. Ele foi marcado por aquilo que Ricardo Bielschowsky (2000) analisou como o “ciclo ideológico do desenvolvimento”, característica central da História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB). Bielschowsky, a partir das proposições de Schumpeter sobre a abordagem historiográfica da Economia, postulou uma diferença entre história da análise econômica (centrada nos aspectos científicos analíticos), uma história da economia política (cujo foco são as doutrinas econômicas e as políticas econômicas daí resultantes) e uma história do pensamento econômico (que centra seu interesse no debate público, distante das

preocupações acadêmicas). Bielschowsky afirma que, a despeito do rigor analítico conquistado pela CEPAL (e por Celso Furtado, diga-se), o grosso das questões próprias à economia política no Brasil (dedicadas ao debate sobre o desenvolvimento) ocorreram majoritariamente em meio ao debate público do pensamento econômico e apenas de maneira marginal no âmbito acadêmico, cientificamente orientado.

Entendemos que tal lacuna metodológica, dadas as deficiências próprias ao debate econômico no Brasil, também se fez presente nas áreas correlatas que buscaram analisar os aspectos econômicos de seu objeto. Por exemplo, a Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural, ao operar uma interpretação da Comunicação interessada em seu lado econômico, acabou por esbarrar na frouxidão analítica e metodológica do pensamento econômico brasileiro que inferimos do argumento de Bielschowsky (BASTOS, 2020). Ou seja, desprovida de método adequado para tal, privilegiou uma abordagem a partir de seu aspecto político, mais precisamente ideológico (cf. SARTI, 1979 e BOLAÑO, 2000 e 2004). A justaposição dos argumentos althusserianos sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, empobrecidos de suas observações sobre a reprodução, com as percepções mais gerais da Teoria da Dependência, desligada de sua vertente marxista (que contém uma decisiva base na teoria do valor-trabalho de Marx), gerou um argumento que reconhecia nos meios de comunicação de massa meros justificadores ideológicos da dependência, carentes de regulações, pela via do Estado, que barrassem seu caráter imperialista.

Entre fim dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, um conjunto de pesquisadores, interessado em evidenciar os elementos econômicos da Comunicação, buscou superar os problemas teóricos observados na Teoria da Dependência e Imperialismo Cultural. Autores como Sérgio Caparelli (1982a e 1982b), Cremilda Medina (1978), Cicilia Peruzzo (1986) e Maria Arminda do Nascimento Arruda (1985) visaram apresentar uma avaliação sistêmica do papel da Comunicação no capitalismo, observada em termos históricos e em seu caráter produtivo. É no bojo desse terreno que encontramos *Mercado Brasileiro de Televisão*, obra de César Bolaño (2004) publicada em 1988 como o ponto nodal no terreno em que se configura a Economia Política da Comunicação (BASTOS, 2020).

Se a Comunicação Popular e Comunitária representou uma inflexão política diante da Teoria da Dependência e Imperialismo Cultural, a EPC representou um aprofundamento econômico, mais precisamente o reconhecimento de um método adequado para o estudo crítico proposto. Para tal, Bolaño encontrou num desdobramento

heterodoxo do pensamento econômico ligado à CEPAL os elementos metodológicos necessários para uma análise e exposição crítica adequada da Comunicação. *Mercado Brasileiro de Televisão* é originalmente uma dissertação de mestrado defendida no então Departamento (hoje, Instituto) de Economia da Unicamp. A chamada Escola de Campinas de Economia Política foi um lócus em que o rigor analítico da CEPAL recebeu a continuidade de coesão teórica, capaz de oferecer métodos originais para o estudo do desenvolvimento econômico brasileiro sob um prisma novo, sintetizado na tese do capitalismo tardio de João Manuel Cardoso de Mello (1994).

Inserindo-se no âmbito do pensamento da Escola de Campinas de Economia Política, Bolaño resolveu duas questões principais que limitavam a pesquisa interessada pelos aspectos econômicos da comunicação. Primeiro, resolvia-se a lacuna metodológica, desviando do caráter mais impressionista e generalista do debate público do pensamento econômico brasileiro e fundando-se em instrumentos analíticos capazes de sustentar uma investigação crítica de economia política, portanto, avesso a qualquer reducionismo vulgar. Segundo, esse fundamento de método se adequava à superação do caráter mais ou menos frouxo de interpretação da especificidade nacional deixada por uma concepção rasa de imperialismo, tenho em vista que avaliava a constituição plena de sentido de um mercado brasileiro de televisão. Ou seja, Bolaño expôs um conceito de Indústria Cultural adequado ao capitalismo tardio (BASTOS, 2020).

O método da Economia Política da Comunicação, que encontra em *Mercado Brasileiro de Televisão* sua primeira exposição completa, ofereceu um caminho de análise com instrumentos capazes de interpretação tanto da órbita da constituição e funcionamento de um mercado de comunicação, quanto das especificidades internas às empresas e seus mecanismos, conjugando os dois âmbitos, por exemplo, com a exposição das dinâmicas da história econômica da televisão no Brasil a partir do conceito de barreiras à entrada. Ou seja, focando a concorrência própria ao mercado de televisão no Brasil e sua consolidação como um oligopólio, Bolaño analisa as articulações e ações da Rede Globo de Televisão com os demais agentes de mercado (o que inclui as demais emissoras, empresas de outros ramos da Comunicação, o Estado, os anunciantes e o público telespectador) a partir de suas estratégias para a manutenção das barreiras à entrada. Enfim, um estudo de macroeconomia cujos fundamentos de economia política se instrumentalizam por meio de ferramentas da microeconomia.

Ao recorrer a um estudo da constituição de um mercado nacional de televisão, Bolaño superava aquele elemento da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural

que, desprovida de relações com a vertente marxista da Teoria da Dependência (consequentemente, impossibilitada de conhecer, por exemplo, o conceito de superexploração do trabalho de Ruy Mauro Marini, 2000), reconhecia nos meios de comunicação de massas um mero instrumento ideológico dos países centrais. Recorrendo ao estudo de Maria Arminda do Nascimento Arruda (1985) sobre a publicidade, por sua vez ancorado em avaliações de Maria da Conceição Tavares sobre os desequilíbrios nos departamentos de produção, a remuneração da classe trabalhadora e sua inclusão desigual no mercado consumidor ampliado. Ou seja, os conflitos de classe se fazem presentes, ainda que não sejam encarados como centrais. Trata-se de um problema colocado pelas contradições históricas do período.

No período em que se gestava uma Economia Política da Comunicação no Brasil, as organizações da classe trabalhadora buscavam apoio na discussão teórica e nos apontamentos práticos da Comunicação Popular e Comunitária, visando as tarefas próprias à dinâmica política da luta de classes no contato direto com as bases populares. As diretrizes visando a elaboração de projetos políticos para o Estado, contudo, permaneciam ligadas aos princípios gerais da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural, remodelados pela luta em torno da democratização dos meios de comunicação que ganha corpo no ambiente de Assembleia Constituinte (RAMOS, 1998). Ou seja, o deslizamento das diretrizes organizativas, passando do trabalho de base e se fixando nas tarefas da campanha eleitoral, leva a um encaminhamento que altera aspectos fundantes da Comunicação Popular e Comunitária relativos ao distanciamento crítico dos meios de comunicação de massas, mantendo aspectos gerais da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural capazes de serem amalgamados com as versões mais adequadas dos Estudos Culturais Latino-Americanos ao ambiente de luta pela redemocratização que ditou o cenário nos anos 1980.

A EPC, ainda nascente, encontrou pouca guarida nesse ambiente e só veio a ter alguma presença política já na década de 1990, quando os embates em torno do que se tornaria a Lei de TV a Cabo viabilizaram a reconfiguração das alianças teórico-práticas gestadas durante a Constituinte (RAMOS, 1998). Contudo, não custa lembrar que, em meados da década de 1990, Marcos Dantas, importante pesquisador da EPC no Brasil, ainda apontava o desinteresse das organizações partidárias de esquerda pela temática das telecomunicações, em que pese o escandaloso processo que levou à privatização do sistema de telefonia no Brasil, capitaneado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (DANTAS, 2002, p. 96-97; 101). Ou seja, a EPC nascia sob os auspícios de uma

fundamentação teórica pautada em um período histórico que estava sendo atropelado pela crise do capital e sua condução política hegemônica.⁷

Assim, subjazem à obra inaugural de Bolaño (2004) as contradições de seu tempo histórico que, se não prejudicam a sustentação crítica e os instrumentos analíticos apresentados, exigem o reconhecimento de alguns passos teóricos adicionais. Para ser mais preciso, os anos 1980 se configuraram como o momento descendente do ciclo ideológico do desenvolvimento, de modo que o pensamento desenvolvimentista foi paulatinamente perdendo forças no debate público dedicado à economia até que, nos anos 1990, as políticas econômicas no Brasil já estavam absolutamente dominadas pelos princípios de austeridade do neoliberalismo.

Ou seja, ao modo da Coruja de Minerva hegeliana, o pensamento crítico da EPC chegou a sua plena configuração (sustentado pelo reconhecimento de que, em consonância com a tese do capitalismo tardio, havia um mercado nacional da Indústria Cultural em pleno funcionamento) mais ou menos no momento histórico em que a assim chamada reestruturação produtiva do capital retirava o solo em que seu objeto de estudos se erigiu. O passo crítico dado por Bolaño na continuidade da elaboração de uma Economia Política da Comunicação capaz de enfrentar as contradições de seu tempo histórico era bastante desconcertante para a época. Tratava-se de fundamentar de vez seu arcabouço conceitual e os métodos de análise e exposição em Marx numa época em que o autor de *O Capital* passava por mais um cachorro-morto, tanto na teoria como na prática.

Uma crítica dialética para a EPC em meio ao ascenso neoliberal

É correto afirmar que Marx é um dos autores relevantes para a fundamentação das bases teóricas da Escola de Campinas de Economia Política, de sorte que não resta dúvidas de que o pensamento marxista está, de um modo ou de outro, presente nos argumentos que

⁷ Ao longo do texto, daremos atenção especificamente à trajetória de César Bolaño, visando uma abordagem da questão proposta deliberadamente limitada a um viés específico da EPC. Um estudo mais abrangente, porém, demandaria a observação dos diversos textos de Marcos Dantas, principalmente porque esse autor buscou uma observação de um conceito de informação no chão de fábrica, ou seja, pelo prisma de Marx e de um conjunto bastante eclético de apontamentos teóricos próprios à Comunicação, visou um novo conceito de informação que surgisse em articulação com uma abordagem materialista do trabalho. Ademais, sua articulação com a organização de trabalhadores do sistema de telecomunicações, principalmente no momento de luta contra as privatizações, indica uma relação possível entre a EPC e a classe trabalhadora. Que ela não tenha frutificado, inicialmente atropelada pelo sucesso das privatizações e, na sequência, pela dificuldade de incorporação da matriz crítica da EPC quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o Governo Federal, mesmo contando com a presença do próprio Dantas, dentre outros, valeria um estudo detalhado. Ver, entre outros, Dantas (2006, 2007 e 2012).

Bolaño desenvolveu em *Mercado Brasileiro de Televisão*. Contudo, essa presença era fundamentalmente mediada e se encontrava mais na análise concreta da dinâmica concorrencial do mercado estudado. Faltava uma apreciação do problema da Comunicação que se ancorasse em sua máxima integralidade no método marxiano de análise e exposição, desde as categorias mais abstratas até a particularização de suas contradições no concreto como síntese de múltiplas determinações. Esse é o caminho que Bolaño (2000) vai percorrer logo após a publicação da Dissertação de Mestrado em 1988. Para tanto, permaneceu em Campinas, agora para a condução de um doutorado, que concluiu em 1993, sob orientação de João Manuel Cardoso de Mello, mas que só foi publicado em livro em 2000.

Esse retorno às bases teóricas e de método de Marx perpetrado por Bolaño (2000) ocorreu na quadra histórica em que o marxismo alcançou grande descrédito teórico e prático. A crise do modelo soviético do socialismo realmente existente, que redundou na queda do Muro de Berlim em fins de 1989 e a dissolução da União Soviética em fins de 1991, foi acompanhada pelo seu correlato teórico, qual seja, o crescimento exponencial das diversas concepções pós-modernas, que visavam extirpar o pensamento marxista do debate intelectual. O neoliberalismo, que vigia como condução política e econômica da Inglaterra e dos Estados Unidos desde fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, veio a tomar conta do cenário nacional nas frestas das contradições do processo de redemocratização já nos anos 1990, da eleição de Collor em diante. Mesmo o debate estritamente econômico à esquerda já prescindia do materialismo dialético. De sorte que um retorno a Marx era uma extravagância histórica significativa.

Esse foi, porém, o período histórico em que a EPC se consolidou no ambiente universitário, com a realização de Grupos de Trabalho em eventos das entidades acadêmicas do campo da Comunicação na América Latina como um todo e no Brasil em particular – por exemplo, datam de 1992 os grupos de trabalho ligados à EPC na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e na Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC) (SANTOS e MOTA, 2015, p. 59). Não resta dúvidas de que se tratava de um esforço coletivo visando construir um arsenal teórico capaz de dar conta das diversas transformações que as estruturas midiáticas e de telecomunicações estavam vivendo. Resguardadas as limitações de interesse teórico e prático, a EPC também encampou suas concepções em quadros de organizações sindicais, estudantis e políticas ligadas à Comunicação. Em vez de simplesmente correr para a investigação dos novos fenômenos midiáticos e de

telecomunicações que se apresentavam, em *Indústria cultural: informação e capitalismo* Bolaño (2000) se propôs, em primeiro lugar, a superar as lacunas teóricas que ainda persistiam na conjugação de um modelo crítico para o estudo da Indústria Cultural.

Já as considerações finais de *Mercado Brasileiro de Televisão* (BOLAÑO, 2004) apontavam para questões a dirimir. Uma delas dizia respeito ao problema enfrentado na crítica à Teoria da Dependência e Imperialismo Cultural. Ao apontar o reducionismo da abordagem orientada pelo viés político e ideológico de um processo econômico, *Mercado Brasileiro de Televisão* (BOLAÑO, 2004) se concentrou no estudo da concorrência e, corretamente, recusou o erro simétrico de apresentar um economicismo também ele mecanicista na explicação dos aspectos políticos e ideológicos da comunicação, mas, com isso, se tornou incapaz de oferecer um fundamento destes. O retorno a Marx visava, entre outras questões, dar conta desse problema, que nos interessa aqui particularmente, dado seu caráter essencial para as lutas das organizações das classes trabalhadoras.

Para tal, Bolaño (2000 e 2015) apresentou uma dupla estratégia de método. Primeiro, desenvolver um conceito de Comunicação adequado aos fundamentos do capital a partir de um exercício num nível elevado de abstração. Para tal, ele recorreu aos debates derivacionistas⁸ para apresentar o conceito de forma social da comunicação. Tal conceito é derivado logicamente do arcabouço desenvolvido por Marx (2017) no livro I de *O Capital*, a partir da exposição da teoria marxista do valor. Observando a Comunicação em dois momentos lógicos específicos da exposição marxiana (aqueles da circulação simples de mercadorias e do terreno oculto da produção), Bolaño nos oferece a exposição de uma comunicação direta e objetiva, que no nível da aparência se dá entre seres formalmente livres e iguais, mas cujo fundamento é o controle e a hierarquia das fábricas. Ou seja, o capital assume a forma social da comunicação, cuja aparência de troca de informações entre iguais se interverte no fundamento da informação hierarquizada.

Nesse sentido, a forma social da comunicação possui dois vetores que serão cumpridos por duas funções essenciais. Uma delas, dedicada à circulação de mercadorias, pode ser chamada de publicidade. Outra delas, afeita à hierarquia e controle da produção, pode ser chamada de propaganda. Com isso, já no nível elementar e abstrato de exposição da forma social da comunicação se torna possível superar a dicotomia entre economia e política que animava os reducionismos politicistas e economicistas que a EPC, com César Bolaño, visava superar. Assim, as expressões políticas e econômicas da comunicação

⁸ O debate da derivação do Estado está todo traduzido em uma edição em espanhol em Bonnet e Piva, 2017.

podem ser remetidas a esse fundamento básico da forma social da comunicação, segundo o raciocínio dialético de Marx sobre a aparência de igualdade da circulação simples de mercadorias e sua intersversão no terreno oculto da produção.

A segunda estratégia metodológica se concentra numa apropriação bastante singular dos debates sobre o regulacionismo.⁹ Para o que nos interessa aqui, tratava-se de um processo mais longo de particularização histórica das instâncias concretas capazes de dar conta das funções da forma social da comunicação. Num primeiro momento, essa particularização segue um caminho derivacionista, até o ponto em que se reconhece no âmbito lógico da forma social da comunicação a necessidade de concretização de instâncias concretas para a execução das funções. Num segundo momento, a particularização caminha para um caminho regulacionista, quando a necessidade da Indústria Cultural está posta e se torna relevante explicitar seus caminhos históricos concretos.

Especialmente relevante para nossa análise aqui é o argumento de Bolaño (2000) que nos leva a entender por que noções como a de “liberdade de expressão”, tão cara ao pensamento burguês, fazem parte de um complexo de determinações próprias à forma social da comunicação. A partir da determinação da forma social da comunicação podemos afirmar que a informação livre serve como expressão socialmente necessária da informação de classe. O desenrolar histórico dessa determinação vai levar ao monopólio da mediação dessa informação, quer seja pelo controle estatal ou pelo mercantil da instância controladora de sua produção. A Indústria Cultural é o resultado histórico adequado ao capitalismo monopolista que se faz presente ao longo do século XX, quando a dinamização da forma social da comunicação se consolida necessariamente como uma estrutura de mercados, com capitais individuais operando o setor e visando lucros. Nesse momento, a informação de massas é a expressão concreta da intersversão de seu fundamento na informação de classe.

Contudo, se a particularização histórica das funções propaganda e publicidade e da instância adequada de sua operação é a Indústria Cultural dá conta de parte do caráter de classe da forma social da comunicação, Bolaño reconheceu que o argumento era insuficiente para entender como esse processo opera no âmbito específico das classes trabalhadoras. Para além da mera crítica da Indústria Cultural como inculcadora de ideias, tornou-se relevante entendê-la pelo prisma da concretização das necessidades simbólicas

⁹ Uma revisão bastante cuidadosa das discussões sobre a Regulação, em português, está em Boyer, 2009.

das classes trabalhadoras como uma função específica. A isto Bolaño deu o nome de função programa. E aqui a discussão do trabalho se apresenta em pelo menos dois aspectos.

Uma das questões centrais da EPC, pelo menos desde um de seus textos fundadores, escrito pelo pensador canadense Dallas Smythe (1977), está em descrever e interpretar a mercadoria característica da Indústria Cultural. Smythe, a fim de superar criticamente o que ele entendia como um persistente idealismo do marxismo ocidental, focado em aspectos ideológicos da comunicação, desdobrou um esforço de estudo econômico da Indústria Cultural cujo fundamento estava na avaliação da audiência como sua mercadoria própria. Em que pese o argumento certo de Smythe, ele encontrou o trabalho necessário para a produção dessa mercadoria no lugar errado, a saber, na própria audiência. Quando escreveu *Mercado Brasileiro de Televisão*, Bolaño não conhecia o texto de Smythe. Ainda assim, chegou a uma questão próxima a da audiência como mercadoria, ao discutir as relações entre agências de publicidade, mercado anunciante e emissoras de televisão por meio da audiência.

Em *Indústria cultural: informação e capitalismo*, Bolaño (2000) superou os equívocos de interpretação de Smythe, quando então já o conhecia, a partir de uma acurada discussão do conceito de trabalho no interior do debate sobre a forma social da comunicação e suas particularizações. Tratava-se de reconhecer a especificidade do trabalho produtor da mercadoria audiência, sem encontrá-lo na ação do público como consumidor. Assim, ao entender a instância histórica adequada às funções formais da propaganda e da publicidade, Bolaño consegue observar os interesses de capitais individuais (empresas) e Estado (agentes políticos) na busca por uma relação de comunicação com o público, o que vai ser operado pelo trabalho feito no interior da Indústria Cultural que, por meio do programa, consegue atrair a atenção do público que, ao encontrar ali um valor de uso (entretenimento), é reificado em números (audiência), vendidos como mercadoria, por meio de agências, aos interessados (Empresas e Estado).

Nesse sentido, ao entender o público majoritariamente como a classe trabalhadora, o trabalho no interior da Indústria Cultural extrapola a subordinação do trabalhador no âmbito do mundo do trabalho e a leva ao mundo do lazer: “não é apenas a sua força de trabalho que se torna mercadoria, mas sua própria consciência e seus desejos são apropriados para facilitar a acumulação do capital” (BOLAÑO, 2000, p. 227). Assim, os equívocos de Smythe em torno do trabalho na Indústria Cultural são corrigidos,

reconhecendo ainda de maneira adequada o papel do público na dinâmica de produção e reprodução do capital.

Ademais, a concepção de função programa recobre um problema da tradição frankfurtiana de crítica à Indústria Cultural, fechando o flanco para as vertentes mais pós-modernas dos Estudos Culturais Latino-Americanos. Bolaño (2000) recorre às categorias habermasianas de “colonização do mundo da vida pelo sistema”. Ao entender, nos termos acima detalhados que a Indústria Cultural é a instância mediadora que visa a colonização do mundo da vida pelo sistema (Capital e Estado), Bolaño afirma que isso só será possível se ela substituir a contento as dinâmicas e estruturas internas de reprodução simbólica do *Lebenswelt*. E, para tal, precisa incorporar elementos da cultura popular que, reificados, passam a funcionar como aspectos da instância de mediação que é a Indústria Cultural e que, assim, o capital se torna cultura. Fechando o arco conceitual, podemos retornar aos argumentos iniciais, quando se estava num alto nível de abstração, e reconhecer aquela dinâmica descrita por Marx (2017) no capítulo 2 de *O Capital*, da mercadoria que age por meio da atividade volitiva de seus possuidores (BASTOS, 2018). Sem sombra de dúvidas, foi no contexto apresentado que um pensador brasileiro desenvolveu aquela que pode ser considerada uma das teorias críticas mais acuradas sobre a Indústria Cultural.

Como ficam as organizações das classes trabalhadoras diante desses postulados? Enquanto as organizações partidárias abandonam progressivamente qualquer interesse marcado pela crítica à Indústria Cultural, os movimentos sociais e organizações de base se veem enredados pelo crescimento do capital tornado cultura no âmbito do neoliberalismo. Os instrumentos da Comunicação Popular e Comunitária se parecem cada vez mais fragilizados frente ao poder comunicacional avassalador do capital e do Estado. As estratégias da Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural de algum modo perdem seu fôlego diante da assombrosa mundialização exponenciada pela financeirização e os instrumentos da rede mundial de computadores. Qualquer expectativa em torno do empoderamento viabilizado pela agência dos públicos no âmbito da Indústria Cultural logo mostram seu caráter mercantil. É justamente o rigor conceitual da EPC em torno do trabalho que pode indicar alguns caminhos propositivos.

Considerações finais

Até aqui, apresentamos, em linhas gerais, uma avaliação panorâmica das relações entre âmbitos das Teorias da Comunicação e as organizações das classes trabalhadoras no Brasil. Nosso foco era observar as articulações desconstruídas entre organizações de

classe e a Economia Política da Comunicação. Por sua vez, subjacente ao nosso argumento está a ideia de que a EPC oferece o aparato crítico mais adequado para que as organizações das classes trabalhadoras enfrentem a questão da Comunicação. Isso dá fundamentalmente porque a EPC se organiza conceitualmente a partir da centralidade do trabalho. Nessas considerações finais, apontaremos as possibilidades abertas por isso.

Para tanto, vale ressaltar que todo o processo de derivação e particularização promovidos por César Bolaño (2000) em *Indústria Cultural: informação e capitalismo* é determinado pela caracterização da forma social da comunicação que passa, entre outros, pela avaliação da consolidação da informação como mercadoria. E essa consolidação se dá por meio do que Bolaño (1995, 1997, 2002, 2007 e 2008) chama de “subsunção do trabalho intelectual no capital”. Originalmente (BOLAÑO, 2000), o tema era o da “acumulação primitiva de conhecimento”, processo necessário para a passagem da manufatura à grande indústria, quando a informação passa a se tornar relevante no processo produtivo, bifurcando entre informação reservada e informação voltada ao público. No atual momento de crise do capital e seus esforços de permanência de suas condições de existência, em que pululam debates sobre a revolução digital do capital e adjacências, os termos que inicialmente se apresentavam como relevantes para um debate sobre a Indústria Cultural se mostram centrais para uma avaliação das contradições de nossa época.

Aqueles debates que abrem o artigo, sobre a concentração econômica de poder comunicacional (capaz de derrubar um governo) e as estratégias de atuação em redes sociais digitais (capazes de eleger um presidente reacionário), se mostram relacionados aos problemas sobre o trabalho em meio ao crescimento de plataformas digitais e da eufemística “economia do compartilhamento”, aos processos de automação envolvendo Inteligência Artificial e Big Data etc. Saímos da esfera da natureza ideológica da questão e caímos num âmbito mais profundo e complexo. Com ele, vemos também as contradições do capitalismo se tornarem ainda mais visíveis.

A vaga das lutas sociais na América Latina como um todo e o Brasil em particular, com derrocada de governos progressistas, ascensão de governos (proto)fascistas e reconfiguração das organizações de esquerda, certamente têm algo a aprender para além de concepções francamente equivocadas como a mera apologética de “redes de indignação e esperança” (CASTELLS, 2013). Primeiro, que a EPC indica que a comunicação não pode ser vista como um instrumento, mas como uma forma social que dá concretude a aspectos essenciais da lógica de acumulação do capital. Como tal, em

segundo lugar, ela se configura a partir de elementos centrais da dinâmica de autovalorização do valor e, conseqüentemente, das metamorfoses do trabalho. Por isso, em terceiro lugar, ela carrega consigo as contradições do capital e oferece, a partir de uma análise crítica, os elementos que apontam para sua superação em uma outra forma de socialização.

Portanto, fazendo jus ao que o economista Eduardo da Motta e Albuquerque (2012) chamou de “Agenda Rosdolsky”, em homenagem ao importante estudioso dos *Grundrisse* de Marx (2011) (ROSDOLSKY, 2001), as classes trabalhadoras podem encontrar na EPC os fundamentos lógicos da forma social da comunicação (como derivação do capital e suas formas elementares), suas metamorfoses históricas (como particularizações de seus fundamentos de acordo com as contradições próprias ao capital) e os germes do socialismo (como as possibilidades visíveis a partir dos seus pontos críticos). Ou seja, a partir da EPC, mais do que usar a comunicação como instrumento, trata-se de pensar, tal qual a concepção sobre “esfera pública proletária” de Oskar Negt e Alexander Kluge (1993) na experiência da socialização construída nos espaços da luta. Só com isso, as organizações das classes trabalhadoras poderão dizer em alto e bom som que uma outra mediação social é possível.

Referências:

ALBUQUERQUE, Eduardo da Mota e. *Agenda Rosdolsky*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1985.

BASTOS, Manoel Dourado. Indústria Cultural e capitalismo tardio: Origens da Economia Política da Comunicação no Brasil em *Mercado Brasileiro de Televisão*. *Chasqui*, n. 142, 2020. Disponível em: <<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4121>>. Acesso em: 21 jun 2020.

_____. O caráter fetichista da informação necessária no momento da circulação simples. *Revista Eptic*, Aracaju, v. 20, n. 01, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/8516/6799>>. Acesso em: 21 jun 2020.

BOLAÑO, César. Economía política, globalización y comunicación. Nueva Sociedad, N°. 140 Nov/Dez 1995, pp. p138-153. Disponível em <https://nuso.org/media/articles/downloads/2459_1.pdf>. Acesso em: 21 jun 2020.

_____. A Convergência Informática/Telecomunicações/Audiovisual. Revista Praga, n. 4, São Paulo, 1997.

_____. *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

_____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, nº 11, p. 53-78, dezembro 2002. Disponível em: <<http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Trabalho-intelectual-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismo-Bola%C3%B1o.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2020.

_____. *Mercado Brasileiro de Televisão*. 2ª. ed. rev. e ampl. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo: EDUC, 2004.

_____. Trabalho, comunicação e desenvolvimento. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.3, n.1, março 2007, p. 33-42. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/download/3115/2806>>. Acesso em: 21 jun 2020.

_____. Sobre intelecto geral, capital, comunicação e conhecimento: uma leitura dos *Grundrisse*. Revista de Economia, UFPR, v. 34, n. especial, p. 35-49, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/17196>>. Acesso em: 21 jun 2020.

_____. *Campo aberto: para a crítica da epistemologia da comunicação*. Aracaju: Edise, 2015.

CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982a.

_____. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez, 1982b.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BONNET, Alberto e PIVA, Adrián (eds.). *Estado y Capital: El debate alemán sobre la derivación del Estado*. Buenos Aires: Herramienta, 2017. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/sites/default/files/Estado_y_Capital.pdf>. Acesso em: 21 jun 2020.

BOYER, Robert. *Teoria da regulação: Os Fundamentos*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Iná Camargo. *A hora do teatro épico no Brasil*. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

DANTAS, Marcos. *A lógica do capital-informação*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

_____. Informação como trabalho e como valor. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, 2006, nº 19, pp. 44-72. Disponível em: <http://marcosdantas.com.br/conteudos/wp-content/uploads/2013/03/informacao-trabalho-valor.pdf>. Acesso em: 21 jun 2020.

_____. Os Significados do Trabalho: Produção de Valores como Produção Semiótica no Capitalismo Informacional. *Trabalho, Educação e Saúde*, vol. 5, núm. 1, março-junio, 2007, pp. 9-50. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4067/406757019002.pdf>. Acesso em: 21 jun 2020

_____. *Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital*. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ (CFCH-UFRJ), 2012. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13367/1/MDantas2012.pdf>. Acesso em: 21 jun 2020.

DENNING, Michael. *The Cultural Front: The Laboring of American Culture in the Twentieth Century*. 2ª. Ed. Nova Iorque: Verso, 2011.

FIGARO, Roseli. *Comunicação e Trabalho: Estudo de Recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação*. São Paulo: A. Garibaldi, 2001.

_____. *Relações de Comunicação no Mundo do Trabalho*. São Paulo: Annablume, 2008.

GRANDIN, Greg. *The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War*. 2ª. Ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção de capital*. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. São Paulo: Summus, 1978.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 221-233, dez. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/16547>>. Acesso em: 21 jun 2020.

NEGT, Oskar e KLUGE, Alexander. *Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of Bourgeois and Proletarian Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1993.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Relações públicas no modo de produção capitalista*. São Paulo: Summus, 1986.

_____. *Comunicação nos Movimentos Populares: a Participação na Construção da Cidadania*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. 2006. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Disponível em: <
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2020.

RAMOS, Murilo César. Televisão a Cabo no Brasil: desestatização, reprivatização e controle público. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 4, p. 1-20, julho/dezembro 1998. Disponível em: < <https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3374/3958#>>. Acesso em: 21 jun 2020.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à era da TV*. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2014.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Ed. Da UERJ; Contraponto, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Anderson David Gomes dos e MOTA, Joanne Santos. 10 anos da ULEPICC-Br: contribuições para a EPC a partir de seus eventos e sua práxis. *Revista Eptic*, Aracaju, Vol. 17, nº 2, maio-agosto 2015. Disponível em: <
<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/57/pdf/0>>. Acesso em: 21 jun 2020.

SMYTHE, Dallas. Communications: Blindspot of Western Marxism. *Canadian Journal of Political and Social Theory/Revue canadienne de theorie politique et sociale*, Vol. 1, nº. 3, Outuno de 1977. Disponível em: <
<https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/13715>>. Acesso em 21 jun 2020.

SARTI, Ingrid. Comunicação e dependência cultural: um equívoco. In: WERTHEIN, Jorge (Ed.). *Meio de comunicação: realidade e mito*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969: Alguns Esquemas. In: _____. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

TRASPADINI, Roberta. *A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 2ª. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. *Embates e “aberturas”*: um estudo sobre a presença popular na cena e na tela brasileiras. Do teatro político da década de 1960 ao humor televisivo contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

Resumo: No presente texto, apontaremos as articulações que a Economia Política da Comunicação (EPC) manteve com as organizações políticas das classes trabalhadoras. Para isso, em contraste com outras concepções teóricas, apresentaremos a EPC em seu contexto de desenvolvimento no Brasil, apontando as características políticas desse campo teórico e sua relação com as dinâmicas históricas, abrindo as possibilidades de articulação crítica entre esse campo teórico e as organizações progressistas.

Palavras-chave: Economia Política da Comunicação; Comunicação Popular e Comunitária; Teoria da Dependência ou Imperialismo Cultural; Organizações das Classes Trabalhadoras.

Resumen: En este texto, señalaremos las articulaciones que la Economía Política de la Comunicación (EPC) mantuvo con las organizaciones políticas de las clases trabajadoras. Para este propósito, en contraste con otros conceptos teóricos, presentaremos la EPC en su contexto de desarrollo en Brasil, señalando las características políticas de este campo teórico y su relación con la dinámica histórica, abriendo las posibilidades de articulación crítica entre este campo teórico y las organizaciones progresistas.

Palabras clave: Economía política de la comunicación; Comunicación popular y comunitaria; Teoría de la dependencia o imperialismo cultural; Organizaciones de la clase obrera.

Abstract: In this text, we will point out the articulations that the Political Economy of Communication (EPC) maintained with the political organizations of the working classes. For this, in contrast to other theoretical concepts, we will present the EPC in its context of development in Brazil, pointing out the political characteristics of this theoretical field and its relationship with historical dynamics, opening up the possibilities of critical articulation between this theoretical field and progressive organizations.

Keywords: political economy of communication, popular and community economy, dependency theory or cultural imperialism, working class organizations.

* Artigo aceito em 10/09/2020